

COISAS E “CAUSOS” DE FAMÍLIA: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DAS NARRATIVAS ASSOCIADAS A GRUPOS FAMILIARES EM SÃO RAIMUNDO NONATO E BONFIM DO PIAUÍ

FAMILY THINGS AND STORIES: PARTICIPATORY INVENTORY OF CULTURAL HERITAGE AND NARRATIVES ASSOCIATED WITH FAMILY GROUPS IN SÃO RAIMUNDO NONATO AND BONFIM DO PIAUÍ

Alinny Paes Landim Alves¹

Alencar de Miranda Amaral²

Rosemary Aparecida Cardoso³

Resumo: Nesta pesquisa buscamos registrar histórias, espaços e objetos associados a grupos familiares que se instalaram na região Sudeste do Piauí ao longo do século XIX, tendo como intuito inventariar através das narrativas orais, análise bibliográfica, consultas documentais e prospecção arqueológica as “coisas e os causos” representativas na trajetória destas famílias. Assim, foram reunidas informações sobre 5 famílias (Ribeiro Américo, Paes Landim, Santos Ferreira Lima e Borges) que nos auxiliaram a entender como os espaços e os objetos materializam acontecimentos que fazem parte da memória coletiva de pessoas da região, e problematizar o potencial dos Inventários Participativos como ferramenta para dar visibilidade a história de “pessoas comuns” ou de grupos subalternizados. **Palavras-chaves:** Inventário Participativo, Patrimônio Cultural, Memórias de Família.

Abstract: In this research we seek to record stories, spaces and objects associated with family groups that settled in the Southeast region of Piauí throughout the 19th century, with the aim of inventorying through oral narratives, bibliographical analysis, documental consultations and archaeological prospecting the “things” and the stories representative in the trajectory of these families. Thus, information was gathered about 5 families (Ribeiro Américo, Paes Landim, Santos Ferreira Lima and Borges) that helped us to understand how spaces and objects materialize events that are part of the collective memory of people in the region, and to problematize the potential of Participatory Inventories as a tool to give visibility to the history of subaltern groups. **Keywords:** Participatory Inventory, Cultural Heritage, Family Memories.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque Univasf). E-mail: alinny.landimalves@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque e Carqueol Univasf), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alencar.amaral@univasf.edu.br

³ Doutora em Arqueologia e Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista Fapepi. E-mail: rsmrycardoso@gmail.com

Introdução

A atuação dos grupos familiares no processo de ocupação do Sudeste e Sudoeste do Piauí ainda é um tema pouco explorado, especialmente quando se busca identificar a materialidade produzida, utilizada e descartada pelas pessoas nesse contexto, ou registrar as narrativas que expressam como esse processo é significado através de lembranças e memórias que remetem às relações de parentesco. Assim sendo, neste texto buscamos abordar essas questões tendo como foco histórias e materialidades que circulam em contextos familiares restritos, mas que de certa forma exemplificam o cenário sociocultural de ocupação dos municípios de São Raimundo Nonato e Bomfim do Piauí ao longo do século XIX⁴.

A ideia do Inventário Participativo vem da necessidade de conhecer e registrar o patrimônio material/imaterial dos grupos familiares que estavam ocupando a região sudeste do Piauí no século XIX, buscando assim valorizar os diferentes bens patrimoniais presentes no território estudado. É interessante notar, que o patrimônio cultural se constitui por meio das referências culturais que se tornaram marcantes para a história de um grupo e foram transmitidas de geração em geração (Iphan, 2016). Assim sendo, uma abordagem colaborativa, central para a realização de um inventário participativo, tem o potencial de ampliar aquilo que normalmente é identificado, e/ou reconhecido, como patrimônio.

Portanto, buscamos identificar esses bens patrimoniais a partir de sua intrínseca relação com as histórias e memórias contadas pelas famílias colaboradoras desta pesquisa, sendo possível assim, caracterizar e identificar o patrimônio cultural que remete a atuação destes grupos no processo de ocupação da região sudeste do Piauí no século XIX.

Assim, partimos do pressuposto que em São Raimundo Nonato-PI e Bonfim do Piauí-PI, o processo de ocupação e formação desses territórios estão intimamente interligados às vivências e estilos de vida dos grupos familiares que ocuparam essas regiões. E, assim sendo, defendemos que a promoção de um inventário participativo proporciona meios para que a comunidade envolvida com a pesquisa tenha um papel central na formulação de sua própria história, sendo

⁴ O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, contando ainda com dados consolidados em nossos trabalhos anteriores (Alves, 2019).

considerada assim “protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (Iphan, 2016).

Para Silva (2013, p. 1), o inventário participativo é composto por bens materiais e imateriais, no intuito de aprimorar os acervos que representam as iniciativas comunitárias de memória e identidade social. Dessa forma, além de caracterizar a cultura material destes grupos é fundamental identificar espaços e registrar as narrativas representativas da sua história e memória coletiva (Halbwachs, 1990).

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações (Iphan, 2016).

Observa-se que a história e memória das famílias pesquisadas, foram compartilhadas de geração em geração, assim como os seus estilos de vida, espaços e objetos que os cercam. Portanto, caracterizar o patrimônio cultural desses grupos mostra-se como um fator inovador e relevante, tendo em mente que eles até então foram negligenciados pela historiografia local. Além disso, uma abordagem arqueológica desse contexto, guiada pelas premissas da Arqueologia Pública e Colaborativa, nos possibilita problematizar as “narrativas autorizadas” sobre o patrimônio (Bezerra, 2013), que historicamente têm sido construídas pelo Estado e pelas elites socioeconômicas (Lima, 2019). Como discutido por Amaral et al (2022), inventários participativos em comunidades historicamente excluídas, são de extrema importância, pois fomentam “engajamento da comunidade local com o seu patrimônio cultural; especialmente quando esse patrimônio é identificado e definido a partir de critérios familiares e afetivos, que apesar de imersos em sentimentos e experiências pessoais são capazes de refletir vivências e anseios coletivos”.

Assim, é importante reconhecer o potencial dos inventários participativos tanto para a promoção e valorização da diversidade, quanto para a contestação dos protocolos tradicionais de definição e gestão do patrimônio cultural. Nas palavras de Primo e Araújo (2018):

Um dos objetivos do Inventário Participativo é fortalecer o sentimento de pertencimento e tornar claro que somos produto de pluralidades culturais que convivem no mesmo espaço em diferentes tempos. Portanto, a construção consciente de narrativas, a gestão coletiva e a comunicação dialógica são conceitos indissociáveis em meio às ações norteadoras desta iniciativa (Primo e Araújo, 2018:15).

Portanto, partindo dessas premissas nosso interesse é realizar um inventário participativo dos bens patrimoniais que seja um instrumento para divulgação e valorização das identidades locais, bem como das narrativas e saberes tradicionais que vem sendo historicamente negligenciados. Nesse movimento, tal como preconizado pelo Iphan (2016, p. 9), nosso intuito é “construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas (...) e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas”, promovendo, assim, um levantamento dos bens patrimoniais a partir das memórias e dos anseios da comunidade local.

Identificar e caracterizar o patrimônio de grupos que foram “silenciados e ignorados” ao longo de muitos anos é uma tarefa complexa, uma vez que se encontram poucas fontes bibliográficas e documentais. Porém é de extrema importância evidenciar a história, trajetória e memória desses grupos para compreender de uma forma mais ampla e completa a história local, o que é potencializado através da promoção de pesquisas arqueológicas. Assim, nosso estudo do patrimônio arqueológico e cultural dos grupos familiares busca dialogar com os preceitos da Arqueologia Pública e Comunitária, visando compreender a história da população sertaneja da região sudeste do Piauí e seus remanescentes a partir da cultura material e das narrativas construídas por essas pessoas.

Contextualização

É sabido que o povoamento colonial na região Sudeste do Piauí iniciou-se na segunda metade do século XVI. Esse povoamento teria se dado por meio da implantação de fazendas de gados visando o interesse de colonizadores que buscavam acumular riquezas associando a atividade agropastoril à exploração das terras e mão de obra dos povos nativos e à escravização de pessoas vindas da África e seus descendentes.

Na segunda metade do século XVII, o Piauí sofreu intensas invasões, essencialmente por bandeirantes paulistas e por fazendeiros baianos, que ocuparam as terras que correspondiam a uma parte da área do “Sertão de Dentro” (Oliveira, 2007). Atravessando o rio São Francisco, eles

ocuparam sua margem esquerda, que então pertencia à capitania de Pernambuco, atingindo a bacia do Parnaíba, devassaram o sul dos atuais estados do Piauí e do Maranhão, atingindo o Ceará. Já a expansão pernambucana se deu pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia (Oliveira, 2007).

De acordo com Mott (2010), este processo de colonização várias fazendas de gado foram fundadas por Domingos Afonso Marfrense, ganhando destaque a fazenda da aldeia do Cabrobó, que dá origem a Vila da Mocha (1712), que posteriormente (1759) se tornará a primeira capital da Capitania do Piauí, e receberá o nome de Oeiras.

Segundo Assis (2016) os povos indígenas do Piauí serviram como mão-de-obra escrava e como peça fundamental no cenário militar e defensivo da capitania. Negreiros et al (2004) ressalta ainda que a expansão dos currais de gado em direção aos vales dos rios Piauí, Gurguéia, Canindé e Parnaíba é marcada pelos intensos conflitos entre colonizadores e os indígenas do Piauí e neste contexto os descimentos e aldeamentos foram empregados como ferramentas coloniais para exploração e controle das terras e do trabalho indígena. Muitos destes aldeamentos posteriormente, no período pombalino, foram transformados em vilas⁵, consolidando-se como importantes centros populacionais.

Como destacado pelos autores citados anteriormente, observa-se que a historiografia oficial normalmente ressalta o protagonismo “bandeirante”, sendo citados os nomes de Domingos Afonso Mafrense, Domingos Jorge Velho (Sousa, 2008), no processo de povoamento do Piauí; sendo ignorada tanto a agência das pessoas indígenas como a atuação dos negros escravizados. Todavia, é inegável a importância desses povos neste contexto, especialmente porque tanto as pessoas indígenas quanto negras são, na maioria das vezes, a base das famílias que se estabeleceram na região pesquisada.

Deste modo, as análises que levam em consideração a configuração dos grupos familiares e não simplesmente a atuação de indivíduos ou de “setores” socioeconômicos, apontam um caminho para a superação das limitações das narrativas historiográficas tradicionais, pois como ressaltado por Farias (2001), a família e não o indivíduo ou o Estado, teria sido o verdadeiro fator

⁵ Dentre eles destacam-se Cajueiro, onde reuniram-se os índios Jaicós (1679); São João de Sendé (1765), com os índios Gueguês; e, São Gonçalo do Amarante (1772), com os Acoroá. (Negreiros, 2012).

colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa. Sendo assim, consideramos que investigar as narrativas e materialidades vinculadas a relações pessoais de parentesco podem contribuir com a ampliação de dados sobre o desenvolvimento histórico, cultural e social do Sudeste do Piauí.

Materiais e Métodos

Nossa pesquisa pauta-se, essencialmente, em uma abordagem qualitativa que, tal como discutido por Freitas *et al.* (2011:11), busca empregar múltiplas fontes que forneçam ao pesquisador uma ampla gama de informações sobre seu objeto de estudo. Deste modo, realizamos o levantamento de dados tanto através da análise bibliográfica e documental, quanto de trabalhos em campo (entrevistas e prospecções) que nos auxiliaram a “compreender o sentido que os sujeitos atribuem a estes fenômenos” (Santos Filho, 2001:16).

Para análise bibliográfica privilegiamos a leitura e discussão de obras que abordam os seguintes temas: Patrimônio Arqueológico e Cultural, Inventário Participativo, Arqueologia Pública e Comunidades, Arqueologia das Populações Sertanejas e Memória. Dentre as obras relevantes nesta etapa da pesquisa podemos citar os trabalhos de Halbwachs (1990), Hobsbawm (1998), Hodder (1999), Ascherson (2000), Almeida (2002), Funari (2007), Alberti (2004), Penna (2005), Miller (2013), Silva (2012), Sancho Querol (2013), Souza (2015).

Quanto ao levantamento documental e aos trabalhos de campo voltados à coleta de narrativas orais e realização do inventário participativo, é preciso esclarecer que cientes da abrangência do nosso universo de pesquisa optamos por limitar e definir os “grupos familiares” que estarão focados em nossas análises. Assim, os personagens de nosso estudo serão representados pelas famílias Ribeiro Américo, Paes Landim, Santos Ferreira Lima e Borges, grupos situados na cidade de São Raimundo Nonato-PI e Bonfim do Piauí. A seleção desses grupos pauta-se nos resultados de pesquisas anteriores desenvolvidas por Alves (2019), quando foi possível identificar por meio de levantamento documental e etnográfico alguns dos grupos familiares que estavam povoando as cidades de São Raimundo Nonato e Bonfim do Piauí durante o século XIX.

Assim, na presente pesquisa buscamos reunir informações mais aprofundadas dos grupos familiares anteriormente citados. Para tanto, o levantamento de dados agrários e civis foram efetuados na documentação dos Cartórios de 1º e 2º ofício (tendo como recorte cronológico os anos de 1837, a criação da vila que dá origem a São Raimundo, e 1889, a proclamação da republicação)⁶. Essa documentação nos possibilitou analisar tanto as relações de parentesco quanto às alianças matrimoniais entre as diferentes famílias, quanto também identificar os locais onde estavam instalados e alguns dos bens que possuíam.

Do ponto de vista prático, o planejamento e execução dos trabalhos de campo pautaram-se nas diretrizes presentes no manual de aplicação do Iphan sobre “inventário participativos” (Iphan, 2016). Deste modo, inicialmente, foram realizadas as visitas de campo para identificação e consolidação da rede de colaboradores, e encontros posteriores para apresentação dos objetivos e procedimentos para realização do inventário.

De modo geral, o “inventário” em si é elaborado a partir de uma série de entrevistas que servirão de base para o preenchimento das fichas sobre os bens patrimoniais: “As atividades de campo consistem em entrevistar pessoas e documentar, por meio de anotações, filmagens, desenhos e fotografias. Isso vai servir para preencher as fichas que fazem parte do inventário” (Iphan, 2016:12). Utilizamos o modelo de fichas disponibilizado pelo Iphan (2016) que, de modo geral, traz informações sobre a localização, estado de conservação, características, histórias, dimensões, dos bens patrimoniais, bem como espaço para a documentação fotográfica. Deste modo, buscamos realizar uma descrição detalhada de uma ampla gama de objetos, lugares, narrativas, “de forma a identificar e tornar conhecidas as manifestações culturais de lugares, grupos e coletividades” (Como elaborar inventário das potencialidades culturais dos Municípios, 2015:13).

Cabe destacar que as entrevistas que serviram de base para elaboração do inventário foram do tipo semi-estruturadas que:

(...) combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir

⁶ Estes documentos foram digitalizados e estão disponíveis para consulta no Laboratório de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Além disso, umas parcelas importantes dessa documentação, bem como outras fontes históricas sobre a região, encontram-se no acervo da Biblioteca da Fundação do Museu do Homem Americano – Fumdam, localizado na cidade de São Raimundo Nonato – PI.

um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (Boni & Quaresma, 2005:75).

Os principais pontos abordados durante as entrevistas foram a história e genealogia das famílias; vida cotidiana no passado e presente; trajetórias e memórias afetivas; produção, aquisição, uso e descarte de objetos. As entrevistas foram realizadas nas residências de nossos colaboradores, e para a presente publicação abordaremos as informações referentes às narrativas de sete pessoas que tinham entre 41 e 90 anos de idade no momento da entrevista⁷. Dentre essas pessoas 3 eram moradoras do Município de São Raimundo Nonato (Eliene Ribeiro dos Santos, 55 anos; Maria das Graças Paes Landim, 58 anos; Jaime Américo Ribeiro, 89 anos) e 4 do município de Bonfim do Piauí (Renato Ribeiro Lima, 41 anos; Lourivaldo Paes Landim, 50 anos; Maria Aparecida Lima Brito, 52 anos; João Ferreira Lima, 90 anos).

O perfil do público entrevistado, tal como em qualquer inventário participativo, não deve ser homogêneo ou conter restrições. Assim, acreditamos que embora as pessoas idosas (especialmente os patriarcas e matriarcas das famílias e pessoas acima de 60 anos de idade) possam ter vivenciado e se lembrarem de uma gama maior de fatos atinentes à história local e de suas famílias, essas memórias tendem a ser construídas e compartilhadas coletivamente, como discutido por Halbwachs (1990). Deste modo, em etapas posteriores da pesquisa que não integram a presente publicação jovens (15 a 25 anos) e adultos (25 a 59 anos) também deverão ser entrevistados, sendo colaboradores importantes para analisarmos quais os objetos e locais estão sendo atualmente percebidos pelos membros destas famílias como representativos de suas trajetórias.

Por fim, também foram realizadas prospecções não interventivas de reconhecimento, ou de superfície, nas áreas e locais indicados por nossos colaboradores. Segundo Albuquerque, Lucena, Duarte Uchôa (2012), a prospecção de superfície “compreende o caminhamento sistemático de todo o local proporcionando uma amostragem regular capaz de localizar vestígios arqueológicos de superfícies.”

⁷ As entrevistas aqui abordadas foram realizadas entre os anos de 2018 e 2020.

Resultados Preliminares

Nas páginas a seguir abordaremos algumas informações referentes a genealogia de algumas das famílias por hora investigadas, dando especial atenção a eventos, espaços e materialidades que segundo a narrativa de nossos colaboradores foram importantes na trajetória de vida de seus parentes.

As famílias Santos e Paes Landim e a ocupação do Boqueirão das Camas em e São Raimundo Nonato

Em entrevista Dona Maria das Graças, contou a história da sua mãe, Andreлина Paes Landim, e a do seu pai, o alagoano Joaquim Santos, conhecido popularmente como Joaquim Bravo. Joaquim recebeu esse apelido em referência à personalidade e ao gênio que eram muito fortes. Ele chegou na cidade de São Raimundo Nonato, provavelmente em 1937, com 20 anos de idade, neste período Andreлина morava no Povoado Nascimento, após o casamento, ambos foram morar no Boqueirão das Camas, popularmente conhecido como "Camas", por volta de 1940.

Segundo Eliene Ribeiro, o assentamento Boqueirão das Camas foi fundado por seu avô, o Sr. Manoel Luís Santos, conhecido popularmente como Zé Santos, este teria chegado no boqueirão por volta dos anos de 1850. Os moradores do Boqueirão das Camas moravam lá em abrigos sob rocha, os quais eles denominavam "Cavernas de Pedras". Nestes abrigos, os moradores aproveitavam a cobertura natural dos paredões, usando-a como telhado e faziam paredes de taipa para estruturar suas casas.

No Boqueirão das Camas existiam grandes plantações de manga, que davam várias safras durante o período de produtividade, além de lavouras de arroz, feijão e macaxeira. Maria das Graças, conta que seus pais, além das plantações frutíferas, também tinham instalações de casas de farinha no assentamento, a produção de farinha era intensa, por isso o trabalho demorava até dois meses desmanchando mandioca. Maria das Graças relata que:

Tinha dois fornos para fazer o trabalho que era dobrado. Tirava duas cargas de mandioca por dia e, às vezes, fazia até dez sacos de farinha por dia. Vendia assim a tapioca e a farinha. Sempre plantava bastante mandioca. Quem cuidava das vendas era mamãe (a senhora Andreлина). Essas vendas eram a renda da roça e ajudavam no sustento da casa. Servia também para pagar os trabalhadores.

Ao ser questionada se havia produtores de cerâmica no local, Eliene Ribeiro responde:

Eu acredito que sim, por que logo no início do povoado, não era fácil ter acesso ao transporte para as pessoas que moravam lá irem para o centro da cidade de São Raimundo e como sempre foi muito difícil passar pela estrada que dá acesso ao boqueirão eles mesmo faziam o que eles precisavam para uso.

registrar nenhum artefato produzido por esses moradores. Também não foi possível, ter acesso ao Boqueirão das Camas, visto que, desde 2009, não há manutenção na estrada que dá acesso ao assentamento. De acordo com os relatos orais, o assentamento “Camas” chegou ao fim, quando o seu último morador faleceu, em 2009. Eliene relata:

A estrada que dá acesso tem uma ladeira muito grande, a ladeira dava pro céu (risos), a maior ladeira que eu já vi. Essa ladeira dava acesso para as casas feita nas pedras. Mas é difícil alguém passar lá porque o último morador que visitava o local ele já morreu faz muitos anos e ele era o único que tirava os matos da estrada pra abrir passagem.

De acordo com a entrevistada, a maioria dos moradores mais antigos, migraram para São Raimundo Nonato antes do fim do povoado. Muitos desses moradores já morreram, e os poucos que ainda estão vivos encontram-se com idade avançada (quase cem anos) e problemas de saúde que dificultam a transmissão das informações sobre o povoado. Atualmente, a área do antigo o assentamento Boqueirão das Camas, integra parte do Corredor Ecológico.

“A Índia América e os irmãos Ribeiro”: relatos orais da família Ribeiro Américo em São Raimundo Nonato – PI

Ao delinear o início da ocupação do município de São Raimundo Nonato- PI, nosso entrevistado Jaime Américo Ribeiro faz um esboço sobre a chegada de algumas famílias na região. Segundo ele, a ocupação da área teria se iniciado, possivelmente no fim do século XVIII, por três irmãos: Manoel Dias Ribeiro Américo (bisavô de Jaime), Antônio Dias Ribeiro Américo e João Dias Ribeiro Américo.

Os três irmãos, advieram do município de Jaicós-PI, percorrendo todo o rio Piauí chegando no extremo do município de Gurguéia-PI, o qual foi denominado por eles de Uberaba. Após levarem consigo os cativos dessa região, os irmãos seguiram a viagem pelo sudeste piauiense passando pelo povoado Onça, próximo ao município de Coronel José Dias-PI, chegando em São Raimundo Nonato, os irmãos alojaram-se na Fazenda Jenipapo.

Jaime, também narra a chegada de algumas das primeiras famílias na região de São Raimundo Nonato. Segundo ele, a família Ferreira veio do município de Amarante com destino ao povoado de Caldeirão no município de São Lourenço. Já a família Macêdo veio do município de Cratos no Ceará. Os Negreiros vieram do município de Jacobina na Bahia. Janoario Alves de Souza, pai de Manoel Ribeiro Soares e bisavô de Jaime Ribeiro Américo, adveio do município de Padre Marcos, conhecido na época por Rio de Baixo, localizado na divisa do Piauí com o estado do Ceará.

Quando chegaram no município de São Raimundo Nonato, Zé Ferreira, pai de Gaspar Ferreira, casou-se com a irmã de José Dias. Mas, com o passar do tempo, os irmãos Ribeiro desentenderam-se e cada um foi para uma região diferente.

Antônio Ribeiro, teria ido para o município de Queimada Nova, que fica na divisa do estado do Piauí e da Bahia. Segundo Jaime, o município leva esse nome porque ao percorrer o local após muitos dias de viagem, Antônio Ribeiro, parou para descansar durante a noite, resolvendo acender um fogo para aquecer-se durante a madrugada, o fogo com o passar das horas expandiu-se para os terrenos daquela localidade queimando toda a mata da região. Devido ao incidente a região ficou conhecida pelo nome de “Queimada” e Antônio ficou conhecido como “Ribeiro Queimadão”.

Jaime, defende que a origem do seu sobrenome, Américo, é devido à captura de uma índia que ocupava a região no entorno da cidade de São Raimundo Nonato. Esta índia teria sido capturada por Manoel Ribeiro, um dos irmãos, que após capturá-la levou-a para a localidade atualmente conhecida como Currais. Nessa localidade, após “domesticar⁸” a índia, Manoel Ribeiro casou-se com ela, chamando-a pelo nome de América. Assim, os filhos desta índia receberam o nome da mãe como seu sobrenome; daí o nome Américo seria um derivado do nome desta índia.

⁸Como discutido por Cavignac (2012), “esse elemento narrativo aparece de modo recorrente nos depoimentos colhidos em diversos contextos etnográficos. Encontramos, de maneira furtiva, nas memórias familiares, a mesma trama discursiva que encena o rapto de uma índia. A moça é levada por um homem branco para longe do seu lugar de vida (a serra, o ‘mato’) e é mantida isolada dos demais, sendo ‘amansada’ após ter filhos. O rapto estaria, então, na origem da mestiçagem da população atual e corresponde em parte à realidade. A história se repete, com a reiteração da fórmula feita: ‘Minha tataravó foi pega a casco de cavalo e dente de cachorro’. De um modo geral, a imagem da índia selvagem integra-se à representação do mundo natural descrito: o mundo feminino corresponderia a um tempo primordial, fornecendo uma explicação sobre a origem das famílias e a ‘ascendência indígena’.

Ao ser questionado se havia algum objeto guardado que representasse as memórias de sua família, Jaime mostrou os vasilhames cerâmicos produzidos por sua mãe em 1935 (Figura 1), logo após o casamento com o pai de Jaime.



Figura 1: Vasilhame cerâmico confeccionado pela mãe do Sr. Jaime Ribeiro Américo. Fonte: Alves, 2019

O Sr. Jaime Ribeiro Américo também nos mostrou uma panela de metal (Figura 2) utilizada na década de 30 por sua mãe, Dona Maria da Glória Ribeiro, oriunda de Gurguéia-BA. Essas panelas eram caras na época em que foram adquiridas, requerendo assim, um certo poder aquisitivo das populações que viviam nesse território. Apesar de bastante desgastada pelo tempo, o Sr. Jaime afirma que esse não é um motivo que justificaria o descarte daquele objeto, pois ele carrega uma série de lembranças da sua infância e da relação com sua mãe, sendo que o senhor Jaime, ocasionalmente, ainda utiliza esta panela na preparação de alimentos que o remetem as refeições que eram preparadas por sua mãe.



Figura 2: Panela de metal adquirida pela mãe do Sr. Jaime Ribeiro Américo. Fonte Alves, 2019.

Trajetórias Familiares na Área do Sítio Arqueológico da Fazenda Conceição

Em entrevista realizada com o Sr. Renato Ferreira, nos foi relatado que a Fazenda Conceição, teria sido fundada por Domingos Afonso Mafrense, durante sua passagem pelas terras da região, que atualmente corresponde aos municípios de São Raimundo Nonato, Bonfim do Piauí, Várzea Branca e as regiões circunvizinhas. Assim a localidade representaria um contexto muito importante para construção da rota percorrida pelos pioneiros da colonização do Sudeste do Piauí.

Dessa forma, percebemos que as informações orais coadunam com os dados bibliográficos levantados, que apontam que a Fazenda Conceição foi uma das primeiras a ser implantada na microrregião durante o século XVII. Como já vimos, a implantação desta fazenda e de outras, possibilitou a formação e o desenvolvimento de muitos povoados no Sudeste piauiense.

Contudo, vale destacar que o processo de implantação de fazendas na região foi conflituoso, Renato Ferreira relata que em 1809 os indígenas fizeram um ataque contra os indivíduos que

moravam na fazenda; e que posteriormente “nos anos de 1850 a fazenda estava sob posse da família Borges”.

Durante o levantamento e registro dos relatos orais sobre o contexto histórico da Fazenda Conceição, a figura da fazendeira Joaquina Borges, uma das últimas proprietárias da fazenda, ganhou bastante destaque.

Na memória coletiva dos indivíduos que moram próximos a fazenda, Joaquina é lembrada por ter possuído muitos escravos. Joaquina, era natural do município de São João do Piauí e possivelmente, chegou na fazenda no início dos anos de 1850 e morreu entre os anos de 1910 e 1920. De acordo, com os moradores entrevistados, Joaquina morreu devido a uma doença repentina, sendo levada em uma rede, ainda enferma para o município de São João do Piauí. A saída repentina de Joaquina da fazenda e sua morte teria ocasionado o abandono da fazenda e posteriormente a sua venda.

Considerando essas informações, é possível ter em mente uma cronologia da ordem dos fatos, desde a fundação da Fazenda Conceição até o seu fim. De acordo com a análise documental, a fazenda foi vendida e subdividida em 1940.

A Fazenda Conceição abrangia grande extensão de terras da região Sudeste do Piauí, atual território do município de Bonfim do Piauí, conforme se observa no memorial descritivo registrado no dia 27 de fevereiro de 1947, na folha 231 do livro 3 da Comarca de São Raimundo Nonato-PI. A fazenda localiza-se nas redondezas do município de São Raimundo Nonato, situando-se a cerca de 20 quilômetros do município, compreendendo os limites dos povoados Jatobá, Sítio do Meio, Sítio D’Aldeia, São Vitor e Tamanduá.

A documentação da Fazenda Conceição, nos permitiu identificar os primeiros membros das famílias Paes Landim e Ferreira, na região de Bonfim do Piauí. Dentre os membros destas famílias, que adquiriram terras da Fazenda Conceição estavam: Augustinho Paes Landim, Agnelo Paes Landim, Abdias Paes Landim, Adão Ferreira Lima, Antônio Mariano Ferreira Lima, Abdias Ferreira Lima, Arthur Ferreira da Silva, Cinobilino Ferreira dos Santos e Eloi Ferreira Lima.

“Minha Mãe fazia uns Potes e Pratos de Barro”: família Paes Landim e Patrimônio Material na Fazenda Conceição

Na área da Fazenda Conceição em Bonfim existem dois povoados, Conceição I e Conceição II. No povoado Conceição I, enfatizamos nesta pesquisa, a história de vida do casal Maria Paes Landim (*in memoriam*) e José Paes Landim de Souza, contada por seu filho Lourisvaldo Paes Landim.

Maria Paes Landim nasceu no município de Bonfim e José Paes Landim de Souza nasceu no povoado Taboa em Bonfim, próximo ao município de São Lourenço do Piauí. Lourisvaldo relata que antes da sua mãe vir morar em Conceição I, eles moravam na localidade Baixão do Gogoi em Bonfim. No entanto, quando os filhos nasceram, mudaram para o povoado Conceição I. A senhora Maria, morou no Povoado Conceição I, possivelmente, desde os anos de 1940. Segundo a narrativa de senhor Lourisvaldo

Antes deles mudarem, para o povoado Conceição I, eles moravam no beijo do açude da barragem de Bonfim, na primeira casa deles não tem mais construção... a única coisa que tem é uma pedra que colocaram desde a construção e nunca mexeram nela ainda hoje tá lá, do mesmo jeitinho. Outra coisa não tem lá... ela fica lá no meio do mato... Meus pais saíram de lá por que antigamente era mais isolado e só tinha mato, foi por isso que eles construíram essa casa em frente ao postinho...

Por volta dos anos de 1940 e 1950, o casal construiu uma casa no Povoado Conceição I (Figura 3), a casa ainda existe e está localizada próximo ao posto de saúde que leva o nome da matriarca da família; segundo Lourisvaldo essa homenagem deve-se ao fato de Maria ser considerada fundadora do povoado Conceição I, além de ter sido uma das principais parteiras da localidade.



Figura 3: Casa dos pais do Sr. Lourisvaldo Paes Landim, no povoado Conceição I, município Bonfim do Piauí. Fonte: Alves, 2019

A casa foi construída manualmente pelos proprietários que produziam seus próprios tijolos. A construção revela a configuração típica das casas sertanejas em terras piauienses, durante e após a colonização da região Sudeste do Piauí, tendo uma planta retangular, com telhado em duas águas, janelas e portas de madeiras. Casas como essas, eram construídas por pessoas da região em mutirões comunitários ou com a ajuda de pessoas da família, que normalmente também produziam localmente os tijolos e telas, e coletavam a madeira necessária para a construção.

A casa de Maria contribui para a formação de identidade da comunidade local, tornando-se extremamente importante reconhecer que a preservação deste local também está associada ao direito e valorização da memória individual e coletiva.

Sobre a trajetória de vida de seus pais, o Sr. Lourivaldo relata que eles eram lavradores e sempre viveram do seu trabalho na roça,

Eles plantavam, milho, feijão, mandioca, mamona... transportavam, no tempo da colheita, pras bandas de Remanso – BA e Petrolina – PE... levavam os caminhão pra lá, primeiro passava em São Raimundo e depois pra esses outros lugares.

Ao perguntarmos, quais são os objetos que podem representar a memória da sua família ao longo dos anos, ele nos mostrou alguns vasos cerâmicos produzidos no quintal da sua casa por sua mãe (Figura 4), possivelmente entre ano de 1940 e 1950, relatando ainda que:

Minha mãe fazia uns potes... e uns pratos de barro, ela aprendeu fazer os vasos com a mãe dela. Até essas pinturas que tem no vaso foi minha avó que ensinou pra ela. Tudo isso, minha mãe fazia no muro de casa, tinha um barro de um poço no muro e ela pegava o barro desse poço e fazia. Ela queimava eles, pegava uns dois blocos de pedra colocada um do lado do outro e daí ascendia um fogo no meio. Colocava o vaso de cabeça pra baixo em cima do fogo... ela queimava com jurema preta esses vasos.

Ao perguntarmos, se a sua mãe vendia os vasos, ele é enfático ao responder: “não vendia não, era só pra uso...”.



Figura 4: Vasilhames cerâmicos produzidos pela mãe do Sr. Lourisvaldo Paes Landim. Fonte Alves, 2019

Além dos vasos cerâmicos, encontramos uma cangaia (Figura 5), a cangaia era utilizada para transportar a água, no período da seca; moringas de água eram colocadas dos dois lados da cangaia e transportadas “no lombo do jumento”. O Sr. Lourisvaldo afirmou que seu pai sabia fazer esse objeto, mas que na comunidade também havia um carpinteiro que fazia muitas cangaiais antigamente.

Ao falar sobre o trabalho na roça, o Sr. Lourisvaldo nos mostrou uma ferramenta que eles utilizam para arar a terra (Figura 6). Segundo ele, as partes de metal da ferramenta vinham de São Paulo e eram vendidas na região por um caixeiro-viajante; já a estrutura de madeira poderia ser fabricada, ou concertada por carpinteiros da região. Este arado de tração animal, possui uma peça em formato triangular de metal, e uma estrutura em madeira. O arado é uma ferramenta determinante no preparo do solo, para que o agricultor tenha bons resultados com o plantio de grãos. Se o terreno não for arado e gradeado, durante o período de chuvas podem ocorrer processos erosivos e perdas de solo e sementes.



Figura 5: Cangaia utilizada pela família do Sr. Lourivaldo Paes Landim. Fonte Alves, 2019.



Figura 6: Sr. Lourivaldo com o antigo arado usado por seu pai. Fonte Alves, 2019

O Sr. Lourivaldo também nos falou sobre a casa de farinha, que existia na sua propriedade. Essa casa de farinhas foi totalmente demolida, e na área encontramos em superfície apenas alguns materiais construtivos e alterações edáficas que podem estar associadas a estrutura das casas de farinha⁹. Apesar de não estar presente fisicamente, esse espaço ainda povoa as suas lembranças:

Na época de desmancho da mandioca, juntava tudo que era de parente pra desmanchar a mandioca... quando era pra colocar a mandioca no forno, nos deixava na sexta e no só na segunda a gente tirava.... Vendíamos pouco, a nossa produção mesmo a gente dividia era com a família...

“Meu bisavô e avô trabalhavam na fazenda”: família Ferreira Lima na Fazenda Conceição

No povoado Conceição II, encontramos a família Ferreira Lima, que guarda muitas memórias da Fazenda Conceição e de suas trajetórias familiares vividas próximas à fazenda. Em uma entrevista o Sr. Renato Ferreira Lima nos relata a história de vida do seu pai, João Ferreira Lima e sua esposa, Rosilda Ferreira Lima, estes passaram a morar no povoado Conceição II, após o casamento. O Sr. João, nasceu no município de Bonfim do Piauí e a senhora Rosilda, adveio da cidade de Remanso - BA.

Renato ainda nos contou, que o seu bisavô Martinho Liandro trabalhou como vaqueiro na Fazenda Conceição, por volta dos anos de 1850, ele relata:

O meu pai chamava ele de “Martinho Liandro!” Eu acredito, nunca vi documento, mas acredito que seja Leandro, os mais velhos né chamavam por outro nome Martinho Liandro.

Segundo Renato, o seu avô, materno Simão Ferreira Lima, trabalhou na Fazenda Conceição como agricultor, possivelmente nos anos de 1880 e teria morado a vida toda na área da Fazenda.

Meu avô trabalhava na Fazenda Conceição, como agricultor. Ele era do município de Anísio de Abreu, na época que ele trabalhava na fazenda, ele casou com uma índia, a índia era brava, meu avô que domesticou ela, meu avô contava que quando trabalhava na fazenda tinha muitos escravos trabalhando lá, mas quando foi em 1901, os escravos da fazenda tinham acabado.

⁹ Essencialmente, a casa de farinha é composta de sistema de ralação, sistema de prensagem e forno. Depois da colheita da raiz, a mandioca é levada direto do campo para a casa de farinha, onde é descascada ou raspada para retirar a pele escura e suja. Em seguida, é triturada ou ralada em pilão ou no ralador (caítitu). Depois de peneirada e torrada, a farinha está pronta para o consumo.

Dentre os objetos e locais importantes para a história de sua família, além das ruínas da fazenda Conceição, o Sr. Renato destacou o conjunto arquitetônico formado pela residência de seu pai (João Ferreira) e a casa de farinha da família. A moradia do João Ferreira (Figura 7), é um exemplar típico das casas sertanejas construídas no século XX, feita de tijolos fabricados pelos moradores e telhas de pequenas olarias locais, apresenta um formato de pavilhão em duas águas, os espaços internos eram: sala, quartos e cozinha, com poucos móveis. A residência teria sido erguida há cerca de setenta anos graças ao trabalho do senhor João, que com a ajuda de parentes foi o responsável por confeccionar os tijolos e retirar nas matas da região as madeiras para o telhado. Neste local ele viveu durante toda a sua vida de casado, criou seus filhos e ainda residia ali quando nos concedeu a entrevista em 2019.



Figura 7: Residência do Sr. João Ferreira, no Povoado Conceição II em Bonfim do Piauí. Fonte: Alves, 2019.

Outro local que segundo o senhor Renato é marcante em suas lembranças de infância e juventude é a casa de farinha existente no quintal da casa de seus pais. De acordo com Renato seu pai, João Ferreira, passou a vida toda trabalhando nesta casa de farinha (Figura 8) construída possivelmente nos anos de 1960, com forno feito de tijolos e pedra que ainda se mantém no local, e a prensa de madeira e o ralador tocado a manivela que já pereceram com o tempo.



Figura 8: Estrutura da casa de farinha da família Ferreira Lima no Povoado Conceição II em Bonfim do Piauí. Fonte: Alves, 2019.

Além de local de trabalho com grande importância para a subsistência familiar, a casa de farinha também é descrita nas narrativas de Renato e João como importante centro de sociabilidade e aprendizado. Durante as “desmanchas” da mandioca e a torra da farinha o trabalho coletivo envolvia todos os membros da família, bem como pessoas da vizinhança; nestes momentos eram compartilhados não apenas os conhecimentos envolvidos no beneficiamento da mandioca (cuja cada etapa ficava a cargo de pessoas com determinada faixa etária ou gênero), mas também as histórias “antigas” da Fazenda Conceição, que de certa forma se misturavam e se mesclavam com as lembranças sobre a trajetória da família Ferreira Lima nesta área.

Considerações Finais

Considerando o patrimônio arqueológico e cultural, pertencente aos grupos familiares associados ao processo de ocupação da região Sudeste do Piauí, podemos afirmar que esses objetos são detentores de memórias coletivas/familiares, justificando assim, o registro da cultura material ligada à história desses grupos familiares. Assim, coadunamos com as palavras de Gonçalves (2005:122) que reconhece que “a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram ‘herdados’ e que ‘permanecem’ na família por várias gerações”.

Portanto, através da identificação dos espaços de moradia e análise da cultura material dessas famílias é possível compreender as relações sociais e culturais que essas pessoas formaram por intermédio destes objetos, que passaram a representar a história familiar e afetiva dos indivíduos pertencentes a esses grupos

Do mesmo modo, nossa pesquisa se aproxima das propostas de Oliveira e Moraes (2012), na medida em que o foco de investigação é centrado nos movimentos dos indivíduos permitindo perceber mudanças, em uma estrutura social que não é estável, mas está em fluxo. Entender como os espaços e os objetos que materializam contextos e acontecimentos que fazem parte da memória coletiva de pessoas da região aqui estudada, nos ajuda a compreender sob uma nova ótica, a história de “pessoas comuns”, ou de grupos subalternizados, que estavam atuando durante e após o processo de colonização do Sudeste do Piauí.

Notamos que para além da identidade o patrimônio desses grupos está enraizado na memória coletiva e individual de cada um dos membros dessas famílias, sendo a partir da memória que esse patrimônio ganha “voz” e significado dentro do seu contexto histórico. As lembranças e as narrativas configuram-se como elementos que dão sentido aos artefatos (Bosi, 1987), isto é, as coisas e relíquias de família. Assim sendo, defendemos que os objetos, coisas e espaços, mesmo quando não tendo seu valor reconhecido nos “discursos autorizados” sobre o patrimônio, em contextos familiares e coletivos adquirem e mantêm a capacidade de estimular a memória e com isso permitem aos indivíduos construir e significar seus laços identitários e socioculturais, encontrando formas próprias de representar o passado mediado por narrativas e coisas que ainda se fazem presentes.

Como buscamos demonstrar, se por um lado a trajetória das famílias Paes Landim, Ferreira e Américo Ribeiro em São Raimundo Nonato e Bonfim do Piauí não ganham destaque nos registros e discursos oficiais que privilegiam os nomes dos “grandes” bandeirantes e conquistadores dos sertões, por outro, as narrativas e objetos compartilhados conosco por membros destas famílias são pródigos em revelar outros atores nesse processo. As mulheres indígenas aparecem como protagonistas na gênese destas famílias e se por um lado as violências as quais elas foram submetidas tendem a ser minimizadas¹⁰, a recordação de que elas precisaram ser “domesticadas” indicam que elas não se submeteram passivamente a esse processo. Tal como discutido por Darcy Ribeiro (1995), também nos sertões do Piauí o ventre indígena foi o pilar para a constituição de inúmeras famílias, e no contexto aqui analisado podemos observar que essa genealogia ganha espaço tanto nas narrativas e designação de

¹⁰ Para um olhar crítico desta perspectiva ver Munduruku, 2017 e Anaquiri, 2018.

algumas famílias (como no caso dos Américo Ribeiro) como na materialidade, especialmente na produção dos vasilhames cerâmicos.

Além disso, é importante destacar as narrativas compartilhadas por nossos colaboradores, confluem com os dados históricos e descrições sócio econômicas sobre os sertões nordestinos. Todavia, nestes “causos” de famílias os vaqueiros, por exemplo, não são apenas um personagem distante e genérico, eles têm nome e seus esforços e bravura não se limitam a labuta com o gado na caatinga e sim ao sustento e segurança da sua família. Do mesmo modo, a produção da farinha de mandioca não se restringe às necessidades de subsistência ou as residências aos padrões da arquitetura vernacular, esses são espaços que abrigam e representam momentos de socialização, aprendizado e construção de laços de afeto e pertencimento.

Por fim é preciso problematizar que, dentre as narrativas aqui analisadas, não foram feitas menções diretas à participação ou importância de pessoas pretas na constituição destas famílias. As menções se restringiram à presença de pessoas escravizadas nas fazendas da região, ou dos trabalhos por elas realizados, não havendo uma declaração efetiva de laços de consanguinidade e parentesco. Certamente a ampliação do trabalho e a incorporação de um maior número de colaboradores deverá preencher esta lacuna, e será uma das metas para a continuidade de nossas pesquisas.

Assim, apesar das limitações dos dados, apresentados acreditamos que a análise dos documentos, o levantamento das narrativas orais e o registro dos contextos arqueológicos nos auxiliaram a identificar outros protagonistas da história do Sudeste do Piauí, exemplificar os processos de formação e a trajetória de alguns grupos familiares ao longo do tempo e, principalmente, compreender a ontológica correlação entre materialidades e memórias como elementos centrais na construção das identidades e laços familiares locais.

Referências

ALBERTI, V. 2004. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV.

ALBUQUERQUE, M; LUCENA, V; DUARTE, M. 2012. Prospecção arqueológica de superfície e subsuperfície na área de instalação da jazida E4B, no município de Porto Real do Colégio, do Estado de Alagoas. Relatório de prospecção, Recife.

AMARAL, A. M et al. 2022. Patrimônio de quem e para que: inventário participativo do patrimônio cultural de São Raimundo Nonato-PI. *Extramuros: Revista de Extensão da Univasf, Petrolina*, v. 10, n. 1, p. 77-94.

ALMEIDA, M. B. 2002. O Australopiteco Corcunda: as crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. 2002. Tese de doutorado em Arqueologia). FFLCH - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo/USP, São Paulo.

ANAQUIRI, M. P. M. S. 2018. “Minha avó foi pega no laço”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: Seminário internacional de pesquisa em arte e cultura visual, 2., 2018, Goiânia. Anais eletrônicos. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. p. 752-763. Disponível em:https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/778/o/LC_mirna_anaquiri_iisipacv2018.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

ASCHERSON, N. 2000. The Museum of Scotland. *Public Archaeology*. London, v.1:1, p. 82-84.

ASSIS, R. S. 2016. Os índios do Território Serra da capivara: história, memória e ensino. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Araguaína.

ALVES, A. P. L. 2019. Memória e patrimônio cultural: uma análise do patrimônio material dos grupos familiares na região sudeste do Piauí - São Raimundo Nonato – PI Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara. São Raimundo Nonato-PI.

BEZERRA, M. 2013. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, 7:107-122.

BONI, V.; QUARESMA, J. 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2 no 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 www.emtese.ufsc.br.

BOSI, A. Cultura como tradição. In: Bornheim, Gerd A. et al. *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CAVIGNAC, J. A. 2012. Caboclas brabas e tapuias amansados: uma história mal contada. Perigo iminente [Online], v. 2, p. 57-63. Disponível em: <https://bemvin.org/caboclas-brabas-e-tapuias-amansados-uma-historia-mal-contada-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CNM. 2015. Como elaborar inventário das potencialidades culturais dos Municípios. Brasília: CNM.

FARIA, S. C. 2001. “Família”. In: Vainfas, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 216-8.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. 2011. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões.

FUNARI, P. P. 2007. *Arqueologia e Patrimônio*. São Paulo: Erechim Habilis.

HOBBSAWM, E. 1990. Não basta a história de identidade. In: Hobsbawm, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras.

- HALBWACHS, M. 1998. A memória coletiva. São Paulo: Vértice.
- HODDER, I. 1999. The Archeological Process: an introduction. Oxford: Blackwell Publishers.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016. Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação. Brasília, Iphan.
- LIMA, H. P. 2019. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Habitus*. Goiânia, v.17, n.1, p. 25-38, jan./jun.
- MILLER, D. 2013. Trecos, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MOOT, L. R. B. Fazendas de gado do Piauí (1697 – 1762). 2010. Disponível em:< <https://luizmottblog.wordpress.com/fazendas-de-gado-do-piaui>.> Acesso: 30 de agosto de 2018.
- MUNDUKURU, D. 2017. Minha vó foi pega a laço. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html?spref=tw>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- NEGREIROS, V. R.; PINHEIRO, P. 2012 História, memória e patrimônio cultural no Piauí.
- OLIVEIRA, A. S. N. 2007. O Povoamento Colonial Do Sudeste Do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos E Resistência. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PENNA, R. S. 2005. Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas. Porto Alegre: Edipucrs.
- PRIMO, B.; A, M. 2018. Inventário participativo pessoas e memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu / Bárbara Primo e Mirela Araujo, org. - Rio de Janeiro: Data Coop.
- RIBEIRO, D. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANCHO QUEROL, L. 2013. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, pág. 165-188.
- SANTOS FILHO, J. C. 2001. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 4o ed. São Paulo: Cortez, p. 13-59.
- SILVA, C. F. 2012. Inventário Participativo e Percurso Cultural no Ponto de Memória Lomba do Pinheiro: do desenvolvimento metodológico a ação educativa.
- SILVA, C. F. 2013. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo, Natal – RN, edição XXVII, p. 1-9, junho.
- SOUZA, R. A. 2015. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob ótica arqueológica. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 9, p. 37-62.
- SOUSA, V. V. 2008. Piauí: apossamento, Desenvolvimento e Integração (1684-1877). In: I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação UFG/UCG, 2008, Goiânia. Anais I Seminário Pós-Graduação. Goiânia: UFG, 2008.